



multiplus

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

MULTIPLUS S.A.
CNPJ nº 11.094.546/0001-75

MPLUS NOVO MERCADO
BM&FBovespa

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Multiplus encerrou o quarto trimestre de 2018 com 22,2 milhões de participantes, um crescimento de 14,5% em relação ao ano passado, número que consolida a nossa base de clientes como a maior do nosso segmento. O número de pontos emitidos foi de 21,4 bilhões, com 24,8% de acúmulos provenientes de fontes não aéreas e não financeiras. O número de pontos resgatados foi de 17,5 bilhões, sendo que 85% foram em passagens aéreas. O volume financeiro de pontos emitidos no período foi de R\$ 618,7 milhões e o lucro líquido de R\$ 119,5 milhões, crescimento de 26,5% em relação ao 4T17.

Entre os destaques do 4T18, está o lançamento das lojas Resgate Fácil e Recarga de Celular, plataformas de troca de pontos, que oferecem produtos e serviços como ingressos de cinema, descontos em produtos e créditos para celulares pré-pagos e controles, com opções a partir de 200 pontos. O lançamento é um importante avanço na estratégia Multiplus, pois ampliamos nosso portfólio de produtos e experiências, alinhando benefícios instantâneos, como a recarga para celular, e benefícios de longo prazo e mais aspiracionais, como passagens aéreas, eletrodomésticos e eletrônicos. Com o lançamento também conseguimos engajar mais os nossos participantes, ofertando produtos de baixo ticket, utilização instantânea e alto valor percebido.

No último trimestre também lançamos a Multiplus Mais Prêmios, plataforma de incentivos que tem o objetivo de oferecer uma nova e completa opção para as empresas engajarem seus colaboradores e fornecedores. Por meio dela, companhias podem utilizar pontos Multiplus como prêmio em campanhas de incentivo para os funcionários, fornecedores e diversos públicos com praticidade, de maneira 100% digital.

Balanco patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	63.285	969
Aplicações financeiras (Nota 6)	1.042.478	1.322.185
Contas a receber (Nota 7)	202.717	237.709
Tributos a recuperar (Nota 9)	28.205	50.188
Adiantamentos a fornecedores	3.514	6.833
Total do ativo circulante	1.440.199	1.617.884
Não circulante		
Depósitos judiciais	349	316
Investimentos (Nota 11)	1.377	1.142
Imobilizado	4.426	7.907
Intangível (Nota 12)	178.254	94.251
Total do ativo não circulante	184.406	103.616
Total do ativo	1.624.605	1.721.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Passivo		
Fornecedores (Nota 13)	194.232	238.692
Salários e encargos sociais	20.002	22.107
Impostos, taxas e contribuições	1.206	312
Direitos de resgates de prêmios (Nota 14)	1.131.043	1.179.897
Adiantamento de clientes	7.493	27.066
Outras contas a pagar	379	-
Total do passivo circulante	1.354.355	1.468.074
Não circulante		
Contingências	1.101	1.219
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)	18.870	12.450
Total do passivo não circulante	19.971	13.669
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 15)	107.300	107.300
Ações em tesouraria (Nota 15)	(7.447)	(4.096)
Custo com emissão de ações (Nota 15)	(23.322)	(23.322)
Remuneração baseada em ações (Nota 15)	20.909	22.666
Reservas de lucros	152.839	137.209
Total do patrimônio líquido	250.279	239.757
Total do passivo e patrimônio líquido	1.624.605	1.721.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	356.399	517.196
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	356.399	517.196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receitas		
Direitos de resgate e Breakage (Nota 17)	696.722	852.045
Outras receitas	595	34.178
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	(369)	-
Total	696.948	886.223
Insuamos adquiridos de terceiros		
Custos operacionais (Nota 18)	(25.376)	(17.170)
Materiais, energia, serviço, terceiros e outros	(77.264)	(96.351)
Total	(102.640)	(113.521)
Valor adicionado bruto	594.308	772.702
Retenções		
Depreciação e amortização (Nota 18)	(24.974)	(27.719)
Valor adicionado líquido produzido	569.334	744.983
Valor adicionado recebido em transferência	-	-
Equivalência patrimonial (Nota 11)	(1.716)	(3.049)
Receitas financeiras (Nota 20)	109.591	169.633
Total	677.209	911.567
Pessoal		
Remuneração direta	(54.869)	(55.978)
Benefícios	(12.168)	(7.409)
INSS e FGTS	(15.702)	(15.044)
Impostos, taxas e contribuições Federais	(235.788)	(313.964)
Remuneração de capitais de terceiros	-	-
Juros (Nota 20)	(574)	(34)
Aluguéis	(1.709)	(1.942)
Remuneração de capitais próprios	-	-
Lucro retido no exercício	(356.399)	(517.196)
Total	(677.209)	(911.567)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de fluxo de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	356.399	517.196
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes	-	-
Provisão para participação nos lucros	11.288	13.763
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)	6.420	(1.753)
Depreciação e amortização (Nota 18)	24.974	27.719
Baixas de intangível/mobilizado	2.098	339
Plano de remuneração baseada em ações	1.376	194
Provisão para custos a incorrer	2.573	4.030
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 7)	369	(1)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 11)	1.716	3.049
Imposto de renda e contribuição social devido no exercício (Nota 10)	160.323	228.927
Varição cambial de clientes	(57)	(6)
Total	567.479	793.457

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Variações nos ativos e passivos		
Aplicações financeiras	279.707	137.628
Contas a receber	(65.266)	(60.343)
Tributos a recuperar	14.012	(41.429)
Adiantamento a fornecedores	3.319	(6.331)
Depósitos judiciais	(33)	(301)
Demais contas a receber	-	921
Fornecedores	(47.032)	60.707
Salários e encargos sociais	(13.393)	(12.413)
Impostos, taxas e contribuições	894	56
Direitos com resgates de prêmios	(117.615)	(98.200)
Adiantamento a clientes	(19.573)	19.941
Demais contas a pagar	(118)	85
Imposto de renda retido sobre aplicações financeiras	(23.979)	(46.033)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(128.373)	(182.891)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	450.029	565.034

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	2018	2017
Receita líquida (Nota 17)	632.264	769.010
Custos operacionais (Nota 18)	(29.796)	(21.725)
Lucro bruto	602.468	747.285
Despesas com vendas (Nota 18)	(38.602)	(45.667)
Despesas gerais e administrativas (Nota 18)	(143.266)	(150.056)
Outras receitas operacionais	595	34.178
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 11)	(1.716)	(3.049)
Resultado antes do resultado líquido financeiro e do imposto de renda e da contribuição social	419.479	582.691
Receitas financeiras (Nota 20)	104.237	161.713
Despesas financeiras (Nota 20)	(574)	(34)
Resultado líquido financeiro	103.663	161.679
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	523.142	744.370
Imposto de renda e contribuição social (Nota 10)	(166.743)	(227.174)
Lucro líquido do exercício	356.399	517.196
Lucro líquido por ação - em R\$		
Básico - (Nota 21)	2,1993	3,1901
Diluído - (Nota 21)	2,1993	3,1888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Custo na emissão de ações	Remuneração baseada em ações	Reserva legal	Reservas de lucros retidos	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
Em 31 de dezembro de 2017	107.300	(23.322)	22.666	21.460	115.749	-	(4.096)	239.757
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	356.399	-	356.399
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	356.399	-	356.399
Contribuições e distribuições								
Pagamento de dividendos e JCP conforme RCA de 07/03/2018	-	-	-	-	(115.595)	-	-	(115.595)
Pagamento de dividendos e JCP conforme RCA de 08/05/2018	-	-	-	-	-	(93.280)	-	(93.280)
Pagamento de dividendos e JCP conforme RCA de 06/09/2018	-	-	-	-	-	(70.236)	-	(70.236)
Pagamento de dividendos e JCP conforme RCA de 07/11/2018	-	-	-	-	-	(61.658)	-	(61.658)
Total de dividendos e JCP declarados (Nota 15)	-	-	-	-	(115.595)	(225.174)	-	(340.769)
Recuperação de ações em 09/03/2018 (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	(8.717)	(8.717)
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	1.376	-	-	-	-	1.376
Exercício do Plano Opções de Ações referente Outorga 23/01/2018	-	-	(229)	-	-	-	-	(229)
Exercício do Plano Ações Restritas referente Outorga - AGE de 13/02/2015	-	-	(998)	-	-	-	-	(998)
Exercício do Plano Ações Restritas referente Outorga - AGE de 08/03/2016	-	-	(635)	-	-	-	-	(635)
Exercício do Plano Ações Restritas referente Outorga - AGE de 14/02/2017	-	-	(808)	-	-	-	-	(808)
Exercício do Plano Ações Restritas referente Outorga - AGE de 21/05/2014	-	-	(463)	-	-	-	-	(463)
Pedidos de exercícios do Plano de Opção e de Ações Restritas	-	-	-	-	-	-	5.366	5.366
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	131.225	(131.225)	-	-
Total contribuição dos acionistas e distribuição aos acionistas	-	-	(1.757)	-	15.630	(356.399)	(3.351)	(345.877)
Em 31 de dezembro de 2018	107.300	(23.322)	20.909	21.460	131.379	-	(7.447)	250.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Custo na emissão de ações	Remuneração baseada em ações	Reserva legal	Reservas de lucros retidos	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
Em 31 de dezembro de 2016	107.300	(23.322)	22.472	21.460	136.249	-	(8.060)	256.099
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	517.196	-	517.196
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	517.196	-	517.196
Contribuições e distribuições								
Pagamento de dividendos e JCP conforme RCA de 23/02/2017	-	-	-	-	(136.100)	-	-	(136.100)
Pagamento de dividendos e JCP conforme RCA de 02/05/2017	-	-	-	-	-	(127.849)	-	(127.849)
Pagamento de dividendos e JCP conforme RCA de 03/08/2017	-	-	-	-	-	(119.509)	-	(119.509)
Pagamento de dividendos e JCP conforme RCA de 07/11/2017	-	-	-	-	-	(154.238)	-	(154.238)
Total de dividendos e JCP declarados	-	-	-	-	(136.100)	(401.596)	-	(537.696)
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	1.915	-	-	-	-	1.915
Exercício do Plano Opções de Ações referente Outorga 20/11/2013	-	-	(218)	-	-	-	-	(218)
Exercício do Plano Ações Restritas referente Outorga - AGE de 13/02/2015	-	-	(998)	-	-	-	-	(998)
Exercício do Plano Ações Restritas referente Outorga - AGE de 21/05/2014	-	-	(505)	-	-	-	-	(505)
Pedidos de exercícios dos Plano de Opção e de Ações Restritas	-	-	-	-	-	-	3.964	3.964
Constituição de reserva de lucros a distribuir	-	-	-	-	115.600	(115.600)	-	-
Total contribuição dos acionistas e distribuição aos acionistas	-	-	194	-	(20.500)	(517.196)	3.964	(533.538)
Em 31 de dezembro de 2017	107.300	(23.322)	22.666	21.460	115.749	-	(4.096)	239.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL, APROVAÇÃO E OUTROS ASSUNTOS RELEVANTES

A Multiplus S.A. ("Multiplus" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Barueri, SP, na Alameda Xingu, 350, registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa com o código de negociação "MPLU3". A Companhia tem como objeto social, no âmbito dos programas de fidelização de clientes, realizar essencialmente: (i) o desenvolvimento e gerenciamento de programas, (ii) a comercialização de direitos de resgate de prêmios, (iii) a criação de bancos de dados de pessoas



Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar as referidas normas quando entrarem em vigor. IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil (CPC 06 (R2)). A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). A IFRS 16 passa a ter vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A administração avalia que a adoção da norma não trará mudança significativa nas demonstrações financeiras e divulgações da Companhia. IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro (CPC 22): A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) tributos sobre o lucro. A interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários temporários e alíquotas de imposto; (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor e avalia que essa adoção não trará mudança significativa em sua demonstrações financeiras e divulgações.

4. GESTÃO DE RISCOS

4.1. Gestão de risco financeiro: A Companhia está exposta aos seguintes riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e taxa de juros), risco de crédito e de liquidez. A definição das regras para gestão do Caixa e Riscos Financeiros é feita por meio da Política de Tesouraria aprovada pelo Comitê de Finanças, Auditoria, Governança e Partes Relacionadas. Não houve contrações de operação de hedge no exercício e, em 31 de dezembro de 2018, não havia operações de hedge em aberto. A Companhia não opera e não negocia instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos. a. **Riscos de mercado:** As análises de risco de mercado são feitas com base em uma medida de risco que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, dado um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança. O *Value at Risk* (VaR) estabelecido para os investimentos da Companhia variam de acordo com a liquidez dos ativos financeiros utilizados: - Para ativos com liquidez em até 7 dias, o VaR é de 0,10%; - Para ativos com liquidez em até 6 meses, o VaR é de 0,40%. Em 31 de dezembro de 2018, o VaR dos ativos com liquidez em até 7 dias e com liquidez em até 6 meses eram, respectivamente, de 0,004% e 0,010%. a.1) Risco cambial: O risco ao qual a Companhia está exposta decorre dos contratos de comercialização de direitos de resgate e custos de resgates, que são referenciados em dólares americanos, são e caracterizado pela possibilidade de um fluxo de caixa futuro inferior ao projetado devido a variações nas taxas de câmbio. No entanto, esse risco é monitorado pela Administração e sua exposição é minimizada pelos efeitos líquidos entre os valores recebidos pela comercialização de direitos de resgate e o custo dos resgates. Temos uma exposição registrada para ativos contabilizados em moeda estrangeira, demonstrado abaixo:

	2018	2017
Aplicações Financeiras	202.605	123.684
Contas a Receber	4.877	1.322
	207.482	125.006
Total da exposição cambial R\$	207.482	125.006
Total da exposição cambial em US\$	53.544	37.790
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	3,875	3,308

Análise de sensibilidade: O quadro a seguir sintetiza os instrumentos financeiros expostos à sensibilidade de variação de moeda estrangeira:

Paridade - R\$ x US\$

Item de Exposição	Fator de Risco	Cenário Atual	Cenário 1 25%	Cenário 2 50%	Cenário 3 -25%	Cenário 4 -50%
Aplicações Financeiras (i)	Variação cambial	202.605	211.275	235.729	202.605	202.605
Contas a Receber	Variação cambial	4.877	6.096	7.316	3.658	2.439

(i) As aplicações financeiras expostas a variação cambial são feitas por meio de fundos de investimento, com limite de perda definida e ganhos parciais em função da variação cambial, entretanto, este limite não compromete o valor do principal investido. Em 31 de dezembro de 2018, para os cenários de - 25% e -50% o limite definido para possíveis perdas é de R\$ 202.605. Os resultados da Companhia estão expostos às variações nas taxas de juros a receita de juros geradas pelos saldos de caixa e aplicações de curto prazo. A Companhia mantém a maior parte do seu caixa em aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade abaixo demonstra o impacto de oscilações das taxas de juros sobre o saldo em aberto dos instrumentos financeiros, considerando quatro cenários para a variável de risco analisada, sendo dois cenários adversos (quedas de 25% e 50%) e dois cenários favoráveis (crescimento de 25% e 50%):

Item de Exposição	Fator de Risco	Cenário Atual	Cenário 1 25%	Cenário 2 50%	Cenário 3 -25%	Cenário 4 -50%
Aplicações Financeiras (i)	CDI (6,40%) a.a	831.749	898.289	911.597	871.673	858.365

(i) Aplicações financeiras dos portfólios 1 e 2 apresentadas no item de risco de liquidez (item c).

Instrumentos financeiros: Os saldos de contas a pagar e contas a receber são apresentados ao custo amortizado e não estão expostos a nenhuma variável de risco determinante. a. **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de aplicações de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado, varejo e instituições financeiras, incluindo conta a receber. Atualmente, a origem dos recebíveis da Multiplus são majoritariamente advindos de instituições financeiras. A seguir apresentamos os níveis de exposição de crédito da Companhia: - Por rating:

Exposição	Participação no patrimônio Líquido - %
AAA	17,73%
AA	46,64%
A	2,71%
BBB	0,00%
BB	0,00%
B	0,00%
Garantia do FGC	0,06%
Sem classificação	5,51%
Títulos públicos	27,40%

- Participação por classe de ativos:

Exposição	Participação no patrimônio Líquido - %
Pré-fixada	14,66%
SELIC	11,86%
Certificado de Depósito Bancário (CDI)	69,52%
Caixa	0,00%
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)	1,22%
Cotas de fundos	0,00%

- Por título:

Exposição (MTM)	Participação no patrimônio Líquido - %
Título Público Renda Fixa	27,40%
Título Privado Renda Fixa	70,86%
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC)	3,23%

- Participação por produto:

Exposição (MTM)	Participação no patrimônio Líquido - %
Caixa	0,00%
Operações Compromissadas com Títulos Públicos	13,65%
Operações Compromissadas com Debêntures	0,00%
Letras do Tesouro Nacional	0,46%
Letras Financeiras do Tesouro	11,73%
Letras Financeiras	24,90%
NTN-F	0,55%
CDBs	8,17%
DPGE	0,00%
Debênture	34,87%
FIDC	3,23%
Nota Promissória	2,36%
Ajustes de Swaps	-0,56%
CRI	0,10%
CCB	0,45%

c. **Risco de liquidez:** O gerenciamento prudente do risco de liquidez envolve: (i) manter caixa e aplicações financeiras de curto prazo suficientes para honrar seus compromissos financeiros, (ii) conferir disponibilidade de recursos por meio de um valor adequado de linhas de crédito e (iii) garantir a capacidade de fechar posições de mercado. A tabela abaixo relaciona o prazo de liquidez de cada um dos portfólios praticados nos investimentos de aplicações financeiras.

Portfólios	Liquidez	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Portfólio 1	até 7 dias	313.907	817.087
Portfólio 2	até 6 meses	517.842	381.414
Fundos Cambiais/Estruturados	até 12 meses	202.605	123.684
Outros Investimentos	até 12 meses	8.124	-
Total		1.042.478	1.322.185

A Companhia é altamente dependente da LATAM e instituições financeiras que, juntas, representam a quase totalidade das suas fontes de volume financeiro de pontos e de realização dos direitos de resgates de prêmios pelos participantes. Uma eventual diminuição na comercialização de direitos de resgate de pontos a qualquer dos principais parceiros, por qualquer razão, pode ter um efeito adverso relevante para a Companhia. **4.2. Gestão de riscos comerciais:** a. **Riscos relacionados ao resgate de pontos:** O principal custo operacional da Companhia é a aquisição de pontos dos parceiros de coalizão e produtos, para a entrega de prêmios aos participantes da rede. Parte do resultado da Companhia advém de pontos vencidos e não resgatados pelos participantes, conhecido como *breakage*. Espera-se uma diminuição do *breakage* na medida em que a Companhia expanda sua rede de parcerias comerciais. A Companhia tem a expectativa de neutralizar a redução esperada do *breakage* por intermédio da sua política de precificação da comercialização dos direitos de resgate aos seus parceiros comerciais. Caso os pontos não sejam adequadamente precificados, ou o volume de resgates exceda as expectativas da Companhia, a lucratividade pode ser afetada. b. **Risco relacionado à concorrência:** O crescimento do mercado em que a Companhia atua pode aumentar a concorrência desviando parcialmente os negócios que os parceiros comerciais ou participantes têm atualmente com a Companhia, ou possam ter no futuro, incluindo os prêmios adquiridos. Os fatores que mitigam a elevação desse risco são: (i) cláusula de exclusividade: os contratos entre Multiplus e os parceiros de coalizão contêm cláusula de exclusividade e duração média de aproximadamente 2 anos, (ii) competição atual: a Companhia já compete com programas de fidelização de companhias aéreas e outros programas individuais, especialmente no relacionamento com as instituições financeiras e (iii) efeito positivo sobre o mercado: o surgimento de outras redes de programas de fidelidade colabora para a divulgação e compreensão do conceito de fidelização pelos participantes, favorecendo o crescimento do mercado como um todo. **4.3. Gestão de riscos operacionais:** a. **Risco tecnológico:** A Multiplus adota tecnologia de ponta em seus sistemas e na sua infraestrutura de TI, mantendo tais ativos atualizados e buscando minimizar a exposição aos riscos causados pela obsolescência tecnológica. Para tanto, também investe continuamente em renovação e atualização em TI, incluindo *hardware*, *software*, processos e pessoas, além de manter um plano de continuidade operacional ativo que evita que a Companhia tenha perdas em caso de acidentes. b. **Risco de fraude:** A Companhia adota uma forte política de responsabilidades e direitos de acesso a colaboradores e parceiros. São empregadas segregação de responsabilidades, trilhas de auditoria (*audit trails*) e verificação cruzada de informações em seus sistemas e processos de negócios e segurança, todas continuamente revisadas e atualizadas. c. **Risco de processos:** As complexas operações tecnológicas da Multiplus fazem com que o impacto de mudanças em sistemas e processos represente um grande risco para os negócios e, portanto, devem ser muito bem planejadas e executadas. Diante disso, a Companhia adota um rigoroso controle de gerenciamento de mudanças (*Change Management*), que dispõe de ambientes para produção, homologação e integração segregados e replicados entre si. A Companhia conta ainda com rígidos processos de documentação, homologação, testes e aceitação de sistemas e documentação. **4.4. Estimativa do valor justo:** A Companhia classifica seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, utilizando a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação: - Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; - Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; e - Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo:

	31 de dezembro de 2018	
	Nível 1	Total
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento aberto	131.029	131.029
Fundo de investimento exclusivo	700.720	700.720
Fundos Cambiais/Estruturados	202.605	202.605
Outros investimentos	8.124	8.124
	1.042.478	1.042.478
31 de dezembro de 2017		
	Nível 1	Total
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento aberto	195.521	195.521
Fundo de investimento exclusivo	1.002.980	1.002.980
Fundos Cambiais/Estruturados	123.684	123.684
Outros investimentos	1.322.185	1.322.185

A composição dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está identificada a seguir:

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	63.285	969		
Contas a receber	302.717	237.709		
	366.002	238.678		
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	1.042.478	1.322.185		
	1.042.478	1.322.185		
Passivos mensurados ao custo amortizado				
Fornecedores	194.232	238.692		
	194.232	238.692		

Estima-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas. **4.5. Gestão de capital:** A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações. A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente. A Companhia mantém a maior parte do seu caixa em aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). As aplicações financeiras são mantidas majoritariamente em fundos de investimentos, abertos, restritos e exclusivos, que estão sob a gestão discricionária de terceiros. A custódia e administração dos mesmos variam de acordo com cada um e no caso do fundo restrito, independente dos gestores. Além disso, os fundos possuem auditoria independente e fiscalização da CVM. Abaixo destacamos as principais características do portfólio de aplicações financeiras: - Dinâmica do portfólio - os gestores podem alterar a composição do portfólio a qualquer momento, à sua discricão, dentro dos limites do Regulamento de cada fundo. Desta forma, a análise de sensibilidade, por ter como premissa a manutenção da carteira vigente em 31 de dezembro de 2018, pode ficar prejudicada, podendo levar a conclusões equivocadas. - Controle de risco - os regulamentos dos fundos estabelecem limites de patrimônio alocado por modalidade de ativo e tipo de emissor, além de definir as operações permitidas e a utilização ou não de derivativos para fins de proteção das posições à vista. A Companhia juntamente com consultor independente avalia mensalmente a carteira dos fundos nos quais é cotista para garantir que está em *compliance* com as regras de sua política de tesouraria. - Restrições impostas pelo regulamento - o regulamento dos fundos exclusivos e restritos veda expressamente avançamentos. Além dos limites de risco expostos acima, há limites adicionais de alocação em classes de ativos de maior volatilidade. A administração monitora o capital com base no índice de avançamento financeira, conforme demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Total do passivo	1.374.326	1.481.743
(-) Direitos de resgates de prêmios	(1.131.043)	(1.179.897)
Endividamento líquido (1)	243.283	301.846
Total patrimônio líquido	250.279	239.757
Total do capital (2)	493.562	541.603
Índice de avançamento financeira - (1)/(2)	49,3%	55,7%

5. REAPRESENTAÇÃO DOS PERÍODOS ANTERIORES E RECLASSIFICAÇÃO PARA FINS DE COMPARABILIDADE

A Companhia, como resultado da adoção inicial do IFRS 15, revisou suas demonstrações financeiras do exercício anterior como se o normativo tivesse sido efetivo para aquele período. Além disso, para melhor comparabilidade e visando aprimorar a qualidade das informações contábeis, a Companhia também efetuou reclassificações nos saldos comparativos. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 que foram impactadas pelas mudanças feitas pela Companhia são: - **Demonstração do resultado:** Receita com direitos de resgate - com a mudança de classificação contábil de "Principal" para "Agente", a receita oriunda dos direitos de resgates de prêmios passa a ser mensurada e divulgada líquida dos seus respectivos gastos incorridos com aquisição dos prêmios. Despesas com vendas e *marketing* - a Companhia reclassificou determinados gastos incorridos na prestação de serviços de *marketing* da linha de despesas administrativas para a linha de despesas com vendas. - **Demonstração do valor adicionado:** Efeito dos ajustes na demonstração do resultado - em decorrência das reclassificações realizadas pela Companhia em sua demonstração do resultado relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, fez-se necessário reclassificar o montante de R\$ 1.697.806 e de R\$ 1.457 da linha de custos operacionais para as linhas de receita com direito de resgate e de tributos federais respectivamente; Honorários do conselho de administração - a Companhia reclassificou o montante de R\$ 1.082 apresentado em 2017 na linha de materiais, energia, serviço, terceiros e outros para a linha de pessoal - benefícios. Abaixo demonstramos os quadros ajustados bem como o efeito das reclassificações:

5.1. Demonstração do resultado

	Exercício findo em 31 de dezembro 2017			
	Anteriormente apresentado	Ajuste IFRS 15	Reclassificação	Saldo reapresentado
Receita líquida	2.309.768	(1.540.758)	-	769.010
Custos operacionais	(1.562.483)	1.540.758	-	(21.725)
Lucro bruto	747.285	-	-	747.285
Despesas com vendas	(41.193)	-	(4.474)	(45.667)
Despesas gerais e administrativas	(154.530)	-	4.474	(150.056)
Outras receitas	34.178	-	-	34.178
Resultado de equivalência patrimonial	(3.049)	-	-	(3.049)
Resultado antes do resultado líquido financeiro e do imposto de renda e da contribuição social	582.691	-	-	582.691
Receitas financeiras	161.713	-	-	161.713
Despesas financeiras	(34)	-	-	(34)
Resultado líquido financeiro	161.679	-	-	161.679
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	744.370	-	-	744.370
Imposto de renda e contribuição social	(227.174)	-	-	(227.174)
Lucro líquido do exercício	517.196	-	-	517.196

5.2. Demonstração do valor adicionado

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017			
	Anteriormente apresentado	Ajuste IFRS 15	Reclassificação	Saldo reapresentado
Receitas				
Direitos de resgate e <i>breakage</i>	2.549.851	(1.697.806)	-	852.045
Outras receitas	34.178	-	-	34.178
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-
	2.584.029	(1.697.806)	-	886.223
Insunhos adquiridos de terceiros				
Custos operacionais	(1.716.433)	1.697.806	1.457	(17.170)
Materiais, energia, serviço, terceiros e outros	(97.433)	-	1.082	(96.351)
	(1.813.866)	1.697.806	2.539	(113.521)
Valor adicionado bruto	770.163	-	2.539	772.702
Retenções				
Depreciação e amortização	(27.719)	-	-	(27.719)
Valor adicionado líquido produzido	742.444	-	2.539	744.983
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	(3.049)	-	-	(3.049)
Receitas financeiras	169.633	-	-	169.633
Valor adicionado total a distribuir	909.028	-	2.539	911.567
Pessoal				
Remuneração direta	(55.978)	-	-	(55.978)
Benefícios	(6.327)	-	(1.082)	(7.409)
INSS/FGTS	(15.044)	-	-	(15.044)
Impostos, taxas e contribuições Federais	(312.507)	-	(1.457)	(313.964)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	(34)	-	-	(34)
Aluguéis	(1.942)	-	-	(1.942)
Remuneração de capitais próprios				
Lucro retido no exercício	(517.196)	-	-	(517.196)
Valor adicionado distribuído	(909.028)	-	(2.539)	(911.567)

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
Fundo de Investimento aberto	131.029	131.029		
Fundo de Investimento exclusivo (i)	700.720	700.720		
Fundos Cambiais/Estruturados	202.605	202.605		
Outros investimentos	8.124	8.124		
	1.042.478	1.322.185		

(i) Fundo exclusivo: fundo de investimento em cotas de fundos de investimento destinado a investidores qualificados e constituído para receber aplicações de um único cotista. A rentabilidade do exercício de 2018 foi de 6,59% (31 de dezembro de 2017 - 10,30%), composto pelos fundos de investimento aberto e fundos de investimento exclusivo.

7. CONTAS A RECEBER

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
Contas a receber de clientes				
Terceiros	258.234	216.280		
Partes relacionadas	44.852	21.429		
	303.086	237.709		
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa(i)	(369)	-		
	302.717	237.709		

(i) Em 2018, com a entrada em vigor do pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9), a Companhia revisou sua política interna de estimativas de perdas relacionadas as contas a receber, adequando-a aos novos requisitos trazidos pelo pronunciamento em questão, e, com isso, foi reconhecida uma reserva para perdas estimadas de créditos no montante de R\$(369). A composição do saldo por vencimento é a seguinte:

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
A vencer	282.891	217.563		
Até 60 dias	7.788	19.991		
De 61 a 90 dias	5.763	152		
De 91 a 180 dias	4.334	3		
De 181 a 360 dias	2.310	-		
	303.086	237.709		

8. PARTES RELACIONADAS

8.1. Contratos: Os saldos e transações com partes relacionadas refletem substancialmente os contratos assinados entre a Companhia e a LATAM, conforme sumariados a seguir: a) **Contrato operacional:** Estabelece os termos e condições que regem o relacionamento entre a Companhia e a LATAM, no que se refere: (i) continuidade do gozo, pelos clientes da LATAM que participam do Programa, dos benefícios do Programa mediante o uso de pontos a ele concedidos e (ii) resgate dos pontos pelos membros do Programa através da Rede Multiplus. Estabeleceu-se, também, as condições para a comercialização de direitos de resgate de pontos, a compra e a venda de passagens aéreas, a utilização da base de dados, a gestão do Programa LATAM *Travel* e as suas respectivas remunerações. As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo. Conforme divulgado na Nota Explicativa 1, item 1.1 - Outros assuntos relevantes do exercício, foi divulgado pela Companhia um fato relevante para informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que a TAM Linhas Aéreas S.A. não pretende prorrogar ou renovar o contrato

operacional firmado entre as partes, e que uma Oferta Pública Unificada de Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia será feita para fins de cancelamento de registro de companhia aberta e saída do Novo Mercado. A Companhia é altamente dependente da LATAM, visto que uma boa parte das operações com realização dos direitos de resgates realizadas pelos participantes são dependentes do cumprimento integral do contrato operacional firmado entre as duas empresas. Uma eventual diminuição nos resgates realizados por participantes da rede no programa de fidelidade decorrente dessa parceria, poderia causar efeito adverso nos resultados da Multiplus. b) **Contrato de serviços compartilhados:** Estabelece os termos, condições e remunerações a serem pagas pela Companhia à LATAM pela utilização de serviços administrativos (serviços de TI). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou em seus resultados o montante de R\$ 758 (R\$ 642 em 31 de dezembro de 2017) para a LATAM referente à utilização desses serviços administrativos. c) **Compromisso de adiantamento de compra e venda de bilhetes aéreos:** Em 9 de agosto de 2016, mediante recomendação do Comitê de Finanças, Auditoria, Governança e Partes Relacionadas, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, o aumento do limite para pagamento antecipado para aquisição de bilhetes aéreos da TAM Linhas Aéreas S.A, passando o limite de R\$ 500 milhões para R\$ 640 milhões, sem qualquer alteração nas demais condições vigentes para a operação. Esse adiantamento é feito com taxas de juros de mercado, e os recursos somente podem ser utilizados para a compra de passagens aéreas resgatadas pelos participantes em acordo com as condições estabelecidas no contrato operacional. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não constam saldos em aberto referentes a adiantamento. d) **Contr**

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Informações sobre as investidas

Multiplus Corretora		31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Rubricas da investida			
Ativo circulante		526	1.273
Total ativo		526	1.273
Passivo circulante		905	977
Total passivo		905	977
Patrimônio Líquido		(379)	296
Receitas do período		3.876	2.682
Despesas do período		(4.575)	(4.632)
Prejuízo do Exercício		(699)	(1.950)
Comprei, Pontuei			
Rubricas da investida			
Ativo circulante		2.626	2.008
Ativo não circulante		535	639
Total ativo		3.161	2.647
Passivo circulante		1.784	1.801
Total passivo		1.784	1.801
Patrimônio Líquido		1.377	846
Receitas do período		6.938	1.508
Despesas do período		(7.955)	(2.607)
Prejuízo do Exercício		(1.017)	(1.099)

c. Relevância dos investimentos para fins de consolidação: A Administração da Companhia decidiu por não realizar a consolidação dos saldos de seus investimentos em controladas, visto que as receitas e despesas apresentadas por suas investidas são valores materiais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

12. INTANGÍVEL

Os ativos gerados internamente resumem-se a *softwares* e novos produtos desenvolvidos pela Companhia, enquanto outros ativos representam basicamente licenças de *softwares* adquiridas pela Companhia.

A capitalização é feita com base no custo incorrido e a amortização é calculada com base na vida útil estimada dos bens, que pode variar entre três e quatorze anos. As despesas relacionadas com a manutenção de *software* são reconhecidas no resultado quando incorridas.

	Gerados internamente	Outros ativos intangíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2016			
Adições	38.606	50.449	89.055
Baixas	(5.432)	(20.805)	(26.237)
Transferências	(1.987)	1.987	-
Amortização	(14.408)	(6.295)	(20.703)
Custo 31 de dezembro de 2017	27.305	66.946	94.251
Amortização acumulada	(76.076)	(116.795)	(192.871)
Em 31 de dezembro de 2017	(48.771)	(49.849)	(98.620)
Adições (i)	27.305	66.946	94.251
Baixas	(1.493)	(429)	(1.922)
Transferências	5.879	(5.879)	-
Amortização	(11.132)	(10.334)	(21.466)
Em 31 de dezembro de 2018	44.676	133.578	178.254
Custo total	104.579	193.761	298.340
Amortização acumulada	(59.903)	(60.183)	(120.086)
Em 31 de dezembro de 2018	44.676	133.578	178.254

(i) Em 09 de maio de 2018, a Companhia reconheceu a Carteira de Clientes no ativo intangível, no montante de R\$70.069, dos quais R\$68.761 foi liquidado por meio de assunção de dívida, e a parcela remanescente do ativo adquirido, no montante de R\$1.308, foi liquidada com dispêndio de caixa, conforme mencionado na Nota 8. O saldo remanescente da aquisição no exercício está relacionado com o desenvolvimento dos atuais e de novos softwares, que visam melhorias contínuas no processo operacional da Companhia.

13. FORNECEDORES

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Forneceores		
Terceiros	75.871	119.730
Partes relacionadas	118.361	118.962
	194.232	238.692

14. DIREITOS DE RESGATES DE PRÊMIOS

A Companhia comercializa direitos de resgate de prêmios por meio da emissão de pontos adquiridos pelos seus parceiros. Inicialmente, os valores decorrentes desta comercialização são registrados como Direitos de resgate de prêmios no passivo circulante em contrapartida às contas a receber. Os pontos creditados e acumulados, que os participantes têm o direito de resgatar, poderão ser resgatados por meio da troca de produtos ou serviços adquiridos na rede de parceiros dentro do *Market Place* da Multiplus. Quando o participante decide exercer o seu direito de resgate, resgatando, portanto, seus pontos acumulados em produtos ou serviços oferecidos pelos parceiros da rede, esta obrigação é deduzida dos gastos incorridos na aquisição de produtos ou serviços junto aos parceiros e entregues consequentemente aos participantes, e, então, a Companhia reconhece sua receita. Os valores registrados no grupo de Direitos de resgate de prêmios são avaliados pelo seu valor justo no momento da comercialização dos pontos aos parceiros, e reconhecidos como preço da obrigação de desempenho no momento do exercício do direito pelos participantes, isto é, no resgate dos pontos por prêmios. Este passivo referente aos programas de fidelidade dos participantes é contabilizado com base no número de pontos em aberto e uma estimativa dos pontos que provavelmente deverão expirar sem utilização dos participantes. Na Multiplus, os pontos expiram até dois anos da data de emissão, sendo que para alguns participantes pode haver prazos maiores, conforme regulamento do Programa. O saldo está composto como segue:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Direitos de resgates de prêmios	1.009.615	1.028.077
Provisão para <i>breakage</i>	121.428	151.820
	1.131.043	1.179.897

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
a) Capital		
Capital Social (subscrito e integralizado)	107.300	107.300
Total de ações ordinárias (quantidade)	162.246.573	162.246.573
LATAM AirLines	72,74%	72,74%
Outros	27,26%	27,26%
	100,00%	100,00%

b) **Custo na emissão de ações:** Em 5 de fevereiro de 2010, a Companhia em decorrência da abertura de capital incorreu em custos com emissão de ações para realização da oferta pública no montante de R\$23.322, líquido de impostos. c) **Remuneração baseada em ações:** O montante acumulado reconhecido no patrimônio líquido referente à despesa incorrida com o plano de remuneração baseado em ações totalizava R\$ 20.909 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 22.666 em 31 de dezembro de 2017). d) **Reserva de lucros:** A reserva de lucros é composta pelas seguintes reservas: (i) reserva legal, de acordo com os percentuais previstos na legislação brasileira e (ii) lucros retidos, de acordo com proposta da Administração à Assembleia Geral. e) **Pagamento de dividendos e juros sobre Capital Próprio (JCP):**

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Lucro líquido do exercício	356.399	517.196
(-) Destinação para a reserva legal - 5% (i)	-	-
Lucro a distribuir	356.399	517.196
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	89.100	129.299
Total da distribuição	356.399	517.196
(-) Dividendos antecipados	(214.310)	(383.103)
(-) Juros sobre capital próprio antecipado	(9.230)	(15.555)
(-) Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio pagos	(1.634)	(2.938)
Lucro retido - Dividendos adicionais propostos	131.225	115.600
Reserva de lucros a distribuir - dividendo adicional proposto (ii)	131.225	115.600
(i) Em 2018, a reserva legal está contabilizada até o limite máximo de constituição (20% do capital social). (ii) Refere-se ao resultado retido proposto pela administração à Assembleia Geral, para aprovação do valor excedente e o dividendo mínimo obrigatório no estatuto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou os seguintes pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio:		

		2018	2017
Deliberação	Data de pagamento	Valor bruto por ação	Valor líquido por ação
RCA - 07/03/2018 - Referente 2018	03/04/2018	109.205	0,6741 109.205
	JCP	6.390	0,0394 5.430
RCA - 08/05/2018 - Referente 2018	12/06/2018	89.363	0,5516 89.363
	JCP	3.917	0,0242 3.329
RCA - 06/09/2018 - Referente 2018	17/09/2018	66.670	0,4115 66.670
	JCP	3.566	0,0220 3.030
RCA - 07/11/2018 - Referente 2018	13/12/2018	58.277	0,3597 58.277
	JCP	3.381	0,0209 2.872
		340.769	338.176

f) **Ações em Tesouraria:** Em 9 de março de 2018, a Companhia divulgou em fato relevante a recompra de 264.261 ações, no montante de R\$ 8.717. A Companhia fez a aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria ou para alienação aos beneficiários do Plano de Outorga de Ações Restritas, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária celebrada em 21 de maio de 2014, sem redução do capital social, respeitado o disposto na Instrução CVM nº 10/80. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui 225.750 (113.974 em 31 de dezembro de 2017) ações mantidas em tesouraria pelo valor de R\$ 32,99 por ação, totalizando o montante de R\$ 7.447 (R\$ 4.096 em 31 de dezembro de 2017).

Contador

Leandro Gomes Dias de Oliveira
CRC 1SP 262888/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Multiplus S.A.

Barueri - SP
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Multiplus S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Multiplus S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Oferta Pública Unificada de Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia
Chamamos a atenção para as notas explicativas 1.1 e 25, que mencionam sobre a correspondência emitida pela TAM Linhas Aéreas S.A. ("TAM"), em 4 de setembro de 2018, endereçada ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva da Companhia, informando que a TAM (i) não pretende prorrogar ou renovar o Contrato Operacional firmado entre a TAM e a Companhia; e (ii) a sua intenção de realizar uma Oferta Pública Unificada de Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("OPA") para fins de Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado da Companhia. Caso a OPA para Cancelamento de Registro seja bem-sucedida, a TAM tem a intenção de logo após realizar a incorporação da Companhia na TAM. Em 1 de março de 2019, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a CVM concedeu o registro da OPA.

16. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

O plano de remuneração baseado em ações é mensurado pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. A despesa é reconhecida no resultado do exercício durante o prazo em que o direito é adquirido (período de *vesting*), com base em estimativas de quais ações concedidas serão eventualmente adquiridas, com contrapartida no Patrimônio Líquido. A Companhia possui os seguintes acordos de pagamentos baseados em ações: i) **Programa de opção de compra de ações (liquidadável em títulos patrimoniais):** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de outubro de 2010, os acionistas da Companhia aprovaram a diluição máxima de 3% (três por cento) do número de ações em circulação que poderá ser utilizada pela diretoria para concessão de opções aos seus funcionários.

	Número de opções em circulação	Preço médio de exercício
Em 31 de dezembro de 2017	316.025	44.12
Exercidas (i)	(68.525)	33,06
Em 31 de dezembro de 2018	247.500	51.25

(i) Exercício da 4ª outorga extraordinária ocorrido em 23 de janeiro de 2018. As opções são avaliadas pelo modelo de precificação *Black-Scholes*. A tabela a seguir mostra os detalhes das variações nas opções, e em conjunto com as variáveis utilizadas para avaliação das opções concedidas. O preço de exercício é ajustado pelo IGP-M, a partir da data de concessão das opções até a data de exercício. Em 31 de dezembro de 2018, as premissas utilizadas para o cálculo do valor justo das outorgas foram as seguintes:

	3ª outorga	4ª outorga	Total
Data da outorga	16/4/2012	3/4/2013	
Data da última modificação	N/A	N/A	
Quantidade de ações	378.517	566.491	945.008
Preço de exercício na data da outorga após a modificação	31,41	38,59	
Taxa de juros, isenta de risco - %	10,30	7,16	
Rendimento esperado do dividendo - %	4,17	4,49	
Volatilidade das ações no mercado - %	32,78	34,56	
Preço no mercado acionário na data da outorga - R\$	38,36	30,60	
Preço no mercado acionário na data da última modificação - R\$	N/A	N/A	
Valor justo da opção na data da outorga - R\$	14,68	6,53	
Valor justo da opção na data da modificação - R\$	N/A	N/A	
Preço médio de exercício ajustado - 31/12/2018	46,81	53,00	
Quantidade de opções em circulação - 31/12/2018 - R\$	84,249	163,251	247.500
Valorização das opções em circulação - 31/12/2018 - R\$	3.943.516	8.652.438	12.595.954

A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica das ações da Companhia negociadas em Bolsa. A vida contratual remanescente média se baseia na expectativa de exercício. ii) **Plano de ações restritas (liquidadável em títulos patrimoniais):** Em 8 de março de 2016, o Conselho de Administração deliberou aprovar a outorga de um total de 138.282 Ações Restritas aos Executivos da Companhia. Estas ações serão compradas pela Companhia do mercado e entregues aos executivos no momento da liquidação, desta forma a Companhia vem reconhecendo a despesa equivalente ao plano em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido, que será utilizada para a futura compra destas ações. A despesa é calculada por meio do cálculo do valor presente do preço de exercício multiplicado pela quantidade de ações, apropriado ao longo do prazo de vigência dos planos. O direito dos Beneficiários em relação às Ações Restritas somente será plenamente adquirido se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições: (a) Atingimento da meta de desempenho definida pelo Conselho de Administração como o retorno sobre o capital investido. (b) O beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como administrador ou empregado da Companhia, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas a seguir descritas, para aquisição do preço da transação: (i) 1/3 (um terço) após o 2º aniversário da Data de Outorga; (ii) 1/3 (um terço) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e (iii) 1/3 (um terço) após o 4º aniversário da Data de Outorga. A movimentação das ações restritas em 31 de dezembro de 2018:

	Quantidade de ações
Em 31 de dezembro 2017	309.710
Exercidas	(83.958)
Não adquiridas por desligamento	(8.916)
Em 31 de dezembro de 2018	216.836

17. RECEITA LÍQUIDA

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia adotou a norma IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente), utilizando o método de transição retrospectiva completo. Esta norma se aplica a todos os contratos com clientes, exceto para contratos que estão dentro do escopo de outros pronunciamentos, tais como arrendamentos, seguros, acordos de colaboração e instrumentos financeiros. De acordo com a nova norma, a entidade somente deve reconhecer sua receita por um valor que reflita a contrapartida que ela espera ter direito a receber em troca dos bens e serviços transferidos ao cliente. Para determinar a apropriaada mensuração e o devido reconhecimento da receita para os acordos que uma entidade determina estarem dentro do escopo do IFRS 15, a entidade deve executar cinco etapas: (i) identificar os contratos com clientes; (ii) identificar as obrigações de desempenho atreladas aos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecer receita quando (ou conforme) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho. A Companhia realizou as devidas análises em acordo com os requisitos descritos no novo normativo: **17.1. Contrato com cliente:** a) **Identificação dos contratos com clientes:** Os efeitos de um contrato entre a entidade e seu cliente que esteja dentro do alcance do novo pronunciamento ocorre somente quando todos os critérios a seguir forem atendidos: (i) quando as partes aprovarem o contrato (escrito ou verbal) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos; (iii) quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) quando o contrato possuir substância comercial; (v) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. A Companhia entende que todos os contratos com seus respectivos clientes e que são mensurados e reconhecidos como Receita em seu resultado do período estão dentro do alcance determinado pelo IFRS 15 (CPC 47), bem como atenderam todos os requisitos necessários para a aplicação do escopo. b) **Obrigação de desempenho:** Uma obrigação de desempenho é uma promessa em um contrato de transferir um bem ou serviço distinto para o cliente. Embora o normativo não tenha trazido impactos significativos em relação à forma atual que a Companhia reconhece suas receitas quando do cumprimento da obrigação de desempenho atrelada, a Companhia efetuou uma análise de parte majoritária de seus contratos com clientes e determinou que para todos os contratos há uma única obrigação de desempenho junto aos clientes. Esta obrigação é satisfeita quando a Companhia honra os direitos de resgates dos participantes, isto é, honrar os resgates dos Pontos Multiplus, viabilizando a troca por produtos e serviços aos Participantes dos programas de fidelidade. Em 31 de dezembro de 2018, não há contratos vigentes onde sejam necessárias considerações de múltiplos elementos de obrigações de desempenho. c) **Preço da transação e reconhecimento da receita:** **Determinação do preço:** A determinação do preço de cada obrigação é o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos aos clientes. A Companhia entende que a determinação do preço de sua obrigação de desempenho refere-se à parcela do valor registrado no passivo a título de direito de resgate de prêmios deduzido dos gastos incorridos com a obtenção dos prêmios resgatados pelos participantes. **Alocação do preço e reconhecimento da receita:** A obrigação de desempenho da Companhia é satisfeita na medida em que os pontos ora emitidos são resgatados pelos participantes, e o gasto referente à esta transação torna-se conhecido, assim, a parcela correspondente à realização dos direitos de resgates pode ser mensurada com confiabilidade e reconhecida no resultado do período. **17.2. Julgamentos significativos na aplicação deste pronunciamento:** a) **Considerações sobre o Principal e Agente:** A norma preconiza que a entidade atende ao conceito de "principal" se ela controlar o bem ou o serviço especificado antes que o bem ou o serviço seja transferido ao cliente. Com relação ao conceito de "agente", a norma preconiza que a entidade atende a este conceito se a obrigação de desempenho da entidade for providenciar o fornecimento de bens ou serviços especificados por outra parte, ou seja, a entidade, que é o agente, não controla o bem ou o serviço especificado fornecido pela outra parte antes que o bem ou o serviço seja transferido ao cliente. A Companhia, como resultado da adoção inicial do IFRS 15 (CPC 47), uma vez que o novo pronunciamento trouxe definições mais claras e abrangentes relacionadas aos conceitos de Principal e Agente, entende que a principal modificação ocorrida sobre suas demonstrações financeiras está relacionada com a classificação contábil de agente. A IFRS 15 (CPC 47) estabelece alguns elementos, mas não limitados a eles, que devem ser avaliados pelas entidades na determinação do enquadramento das companhias nos conceitos de principal e agente. A Companhia para a mudança no julgamento da aplicação do pronunciamento avaliou estes aspectos: **- Responsabilidade primária pelo cumprimento do contrato:** para determinar essa responsabilidade, deve-se considerar quem, do ponto de vista do cliente, é responsável por completar todas as promessas da operação, no que concerne a (i) prover suporte ao cliente no pós-venda; (ii) resolução das reclamações dos clientes; e (iii) responsabilidade de aceitação dos produtos/serviços dentro da conformidades e qualidades exigidas pelos clientes no momento da aquisição. Neste aspecto, a Companhia entende que o cumprimento integral da promessa do contrato junto aos participantes dos programas de fidelidade no momento da realização dos direitos de resgate compete aos seus parceiros. **- Risco de estoque:** quando uma entidade assume o risco de perda dos estoques em caso de defeitos, queda de valor do produto, obsolescência e risco de devolução do produto/serviço, a respectiva entidade pode ser considerada como principal. No entanto, a Companhia para o cumprimento de sua obrigação de desempenho, não assume o risco dos estoques, sendo que este ônus, permanece como responsabilidade do parceiro que fornece o produto e/ou serviço resgatado pelos participantes. **- Direito de estabelecer preços de venda:** considerando que parte majoritária dos resgates de prêmios realizados pelos participantes são efetuados junto a LATAM, principal parceiro de resgate da Companhia, a determinação do volume de pontos a ser utilizada nos resgates dos prêmios é estabelecida por meio de um acordo entre as partes, sendo que a Companhia não possui a gestão integral da precificação dos pontos a serem resgatados. **17.3. Receita por categoria:** As receitas por categoria da Companhia registradas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respectivamente são:

	2017	2018	Percentual (%) (Reapresentado)	Percentual (%)	Varição (%)
Receitas com:					
Direitos de resgate	331.995	47,7	477.687	54,5	(30,5)
<i>Breakage</i> (a)	364.727	52,3	399.506	45,5	(8,7)
Receita bruta	696.722	100,0	877.193	100,0	(20,6)
Impostos e outras deduções	(64.458)		(108.183)		(40,4)
Receita líquida	632.264		769.010		(17,8)

(a) Refere-se ao valor estimado dos direitos de resgates que possivelmente não serão exercidos pelos participantes dos programas de fidelidade (receita de *breakage*), conforme estimativas da Companhia. **17.4. Reconhecimento de receita de provisão de *breakage*:** A Companhia utiliza para apuração da provisão de *breakage* uma metodologia onde considera-se o comportamento individual de cada safra de anúncio de pontos por segmento, realizando um cálculo da estimativa dos direitos de resgates que pro-

vavelmente serão expirados por meio de equações de regressão linear que levam em conta o comportamento dos resgates de prêmios e vencimento das safras de acúmulo de pontos já realizadas conforme comportamento similar às safras vigentes. Adicionalmente, esta metodologia considera os direitos de resgates exercidos ao longo dos meses de existência de cada safra a fim de refinar a projeção da taxa de *breakage* futura e aproximar, cada vez mais, do que de fato deve se confirmar como volume de direitos de resgates expirados. Para que a metodologia, além de mais assertiva, seja também mais precisa, a Companhia considera ainda um intervalo de confiança para as regressões. É contabilizado a estimativa no passivo de *breakage* em contrapartida ao resultado, considerando o referido intervalo de confiança. Desta forma, permanece no passivo de *breakage* esta diferença ajustada conforme aproximação da safra ao último mês, convergindo ao longo dos meses para o *breakage* efetivo.

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Custos operacionais	Vendas administrativas	Gerais e administrativas	Total	Percentual
Pessoal	-	(16.451)	(65.289)	(81.740)	38,6
Honorários da administração	-	-	(999)	(999)	0,5
Gastos com TI	(25.376)	-	-	(25.376)	12,0
Depreciação e amortização	(4.420)	(452)	(20.102)	(24.974)	11,



multiplus

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras - (continuação)

Diante da relevância do grupo de contas e riscos no reconhecimento equivocado do direito de resgate de prêmios, ou seja, superavaliação ou divulgação incorreta e/ou incompleta, exige-se da Companhia a manutenção de controles automatizados e monitoramento constante sobre todas as transações efetuadas sob domínio do seu sistema de informação, bem como, variações e movimentações oriundas do processo de precificação e volumetria dos pontos gerados e distribuídos. Baseado nos aspectos descritos acima e na relevância dos valores e saldos auferidos pela Companhia, nossa auditoria classificou o referido assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- a avaliação da adequação das políticas contábeis de reconhecimento de receita da Companhia;
- inspeção e análise dos contratos, em base amostral e a determinação do valor justo do ponto comercializado;
- teste, com base em amostras e com o envolvimento de nossos profissionais especialistas de tecnologia da informação, dos acúmulos de pontos, resgates de pontos, transferências, doações, controle de aging list para identificação de pontos com prazo de utilização vencido, bem como mudança no prazo de vencimento estabelecido inicialmente; e
- envio de cartas de confirmação dos saldos, incluindo teste alternativo (quando aplicável) junto aos principais parceiros para validar a adequação do saldo da venda de pontos, do faturamento registrado e da competência da receita reconhecida no exercício.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas contábeis da Companhia relacionadas ao registro de direito de resgate de prêmios, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Receita de provisão de *breakage*

A receita de provisão *breakage* é aquela proveniente dos pontos acumulados e não resgatados no prazo de 24 meses em geral, a partir da data do acúmulo. A Companhia estima e registra a receita de *breakage* com base na aplicação de taxas históricas de pontos não resgatados sobre o total de pontos acumulados. O reconhecimento dessa receita leva em consideração cálculos estatísticos baseados em curvas de resgates já realizadas e de resgates estimados.

Devido à relevância dos valores envolvidos, bem como a complexidade dos cálculos estatísticos, controles, análise e revisão tempestiva dos dados históricos que definem as estimativas necessárias para a determinação e registro das receitas de *breakage*, incluindo o seu monitoramento, nossa auditoria classificou o referido assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- a avaliação da adequação das políticas contábeis de reconhecimento de receita da Companhia;
- análise dos contratos, em base amostral, determinação do seu valor justo e cláusula que determina a expiração dos pontos;
- envolvimento de nossos profissionais especialistas atuariais na revisão dos cálculos das estimativas, regressões e projeções dessa receita;
- análise das revisões das premissas e estimativas; e
- teste, com base em amostras, dos pontos vencidos antes e após o encerramento do exercício para avaliar a adequação das receitas registradas, bem como, se a receita foi reconhecida no período de competência apropriado.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao reconhecimento das receitas de *breakage* adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17.4 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Reapresentação de valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 5, em decorrência dos ajustes de reclassificação mencionada na referida nota explicativa, os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Referenciamos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP034519/O-6

Clinton Leandro Fernandes
Contador
CRC-1SP205541/O-2